



ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo de Licitação nº 054/2019
Pregão Presencial nº 018/2019
Contrato nº _____/2019

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE - PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E A EMPRESA/PESSOA FÍSICA _____.

Minuta do Contrato de prestação de serviços que firmam, como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.091.569/0001-63, com sede sita na Av. Padre Zuzinha, nº 244/248, Centro, nesta cidade, representado legalmente por seu Prefeito o Sr. Edson de Souza Vieira, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cabo Otávio Aragão nº 475, Bairro Nova Santa Cruz, neste município, inscrito no CPF sob o nº 655.857.984-72 e portador da cédula de identidade nº 3.739.239 - SSP/PE, através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada por seu Secretário o Sr. _____, (dados pessoais), e como **CONTRATADA**, a Empresa/Pessoa Física _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, neste ato, representada pelo Sr.(a) _____ (* dados pessoais), nos termos do **Processo Licitatório nº 054/2019**, realizado sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019**, do tipo “menor preço” por ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, pelo Decreto Municipal nº 017 de 21 de Maio de 2010, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, além das demais normas legais pertinentes.

*Em caso de assinatura através de procurador, este deverá está munido de instrumento **público de procuração**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, plenamente vinculado ao Pregão e à proposta, rege-se pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02 e subsidiariamente a Lei 8.666, de 21.06.93 e pelo Decreto Municipal nº 017 de 21 de Maio de 2010, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviço de transporte escolar dos alunos das Escolas Públicas do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, através de locação de veículos com



motorista, conforme arquivos técnicos constantes nos Anexos V e VI do Edital, os quais integram este acordo para todos os fins legais, independente de transcrição.

Parágrafo único – A prestação dos serviços de transporte escolar se efetivará nos dias letivos, em roteiros e horários determinados pela Secretaria de Educação com intuito de melhor atender ao interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente Contrato tem vigência de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que observado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

Parágrafo único – O prazo para implantação dos serviços será de **até 20 (vinte) dias corridos**, contado a partir da data de assinatura deste acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Como contraprestação aos serviços executados, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor estimado mensal de **R\$ _____** (.....), perfazendo o valor estimado total de **R\$ _____** (.....), da seguinte forma:

ITEM	ROTA	DESCRIÇÃO	TURNOS	TIPO DE VEÍCULO	ALUNOS TRANSPORTADOS			KM TOTAL		KM TOTAL RODADOS (IDA E VOLTA)		TOTAL ROTA DIA	QUANT. DE DIAS	PREÇO DO KM	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
					M	T	N	ACESSO 01	ACESSO 02	ACESSO 01	ACESSO 02					
														R\$ km	R\$	R\$

§ 1º - O pagamento dos serviços prestados será mensal, relativo aos dias efetivamente trabalhados de acordo com o calendário escolar, com base no valor ofertado por quilometragem percorrida, em conformidade com a sua proposta de preços.

§ 2º - O Contratante efetuará o pagamento dos serviços prestados referente ao objeto deste Contrato, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de emissão do relatório da Secretaria de Educação atestando os serviços executados.

§ 3º - O pagamento das notas fiscais só será efetuado após a apresentação do original e entrega da cópia autenticada dos seguintes documentos:

- Relação nominal dos funcionários alocados para execução dos serviços;
- Guia de Recolhimento da Previdência Social – GRPS, correspondente às obrigações sociais do pessoal empregado na execução dos serviços objeto deste Contrato, relativa ao mês de competência ao do pagamento, devidamente quitada;
- Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- Comprovantes de quitação de débitos com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;



- e) Folha de pagamento do recolhimento relativo aos funcionários alocados ao Contrato, cujo valor base do recolhimento deve coincidir com o da guia de recolhimento;
- f) Comprovante de inexistência de débitos para com o FGTS;
- g) Comprovante de recolhimento de ISS referente à execução dos serviços.

§ 4º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O valor da presente contratação só poderá ser reajustado, caso seja ultrapassado 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta da Contratada, tendo por base os seguintes parâmetros:

I – Para os veículos - o reajuste dos preços será calculado pela variação do INPC do IBGE ou outro índice que o substituir, entre a data de apresentação da proposta e o mês do reajuste.

II – Para o condutor – o reajuste será de acordo com a Convenção Coletiva da categoria considerando os índices homologados.

Parágrafo único – Não obstante a previsão de reajuste de preços nos termos dispostos acima, o reajuste não será procedido caso o Governo Federal edite medida econômica impeditiva e/ou caso exista impedimento legal.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para a realização do objeto do presente Contrato são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Educação
Órgão: 02.00
Unidade: 02.08
Função: 12
Sub-função: 368
Programa de trabalho: 0239
Ação: 2.249
Natureza das despesas: 33903300

Secretaria de Educação
Órgão: 02.00
Unidade: 02.08
Função: 12
Sub-função: 368
Programa de trabalho: 0188
Ação: 2.247



Natureza das despesas: 33903600

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O regime jurídico deste Contrato confere ao **Contratante** as prerrogativas relacionadas nos artigos 58 e 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A aceitação final dos serviços dependerá de prévia verificação, pela fiscalização de sua plena conformidade com o estipulado no Edital e demais documentos que o complementam e integram.

§ 1º - O recebimento dar-se-á de forma provisória, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes; e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, que comprove a adequação do objeto a estes termos contratuais.

§ 2º - Caso os veículos apresentem falhas ou vícios, dar-se-á de imediato, por escrito, ciência à Contratada, para que esta proceda, incontinenti, as correções apontadas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.

I– Pelo **Contratante**: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse público, nos termos do art. 58, II, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. Não sendo permitida esta à **Contratada**, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.

II - Por ambas as partes: a) Na ocorrência de **caso fortuito** ou **força maior**, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

§ 1º - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da Lei nº 8.666/93, terá a **Contratada** direito, exclusivamente, ao pagamento dos valores dos quilômetros rodados.

§ 2º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da **Contratada**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data de sua rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado que passará a integrar este acordo para todos os fins legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES



Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I – Pelo atraso na prestação do serviço, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do serviço;

II – Pela recusa em efetuar a prestação do serviço, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do serviço;

III – Pela demora em corrigir as falhas no serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do serviço, por dia decorrido;

IV – Pela recusa da Contratada em corrigir as falhas no serviço prestado, entendendo-se como recusa na prestação do serviço não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do serviço rejeitado;

V – Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

§ 1º - As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 2º - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 3º - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

§ 4º - O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria da Secretaria de Receita Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.

§ 5º - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 6º - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Santa Cruz do Capibaribe, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- c) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, Inc. IV da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Sem prejuízo das obrigações previstas na Lei nº 8.666/93, a **Contratada** obriga-se igualmente nos seguintes termos:

I – Disponibilizar os veículos para prestação dos serviços, em perfeitas condições de conservação e funcionamento mecânico, dotados de todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigidos no Código de Trânsito Brasileiro- CTB;

II – Disponibilizar os veículos devidamente abastecidos e equipados com tacógrafos;

III – Os veículos locados deverão estar licenciados, conforme legislação em vigor;

IV – Os veículos locados deverão ter seguro contra roubo, furto, incêndio ou colisão, com cobertura de danos materiais e pessoais, referente aos ocupantes e terceiros, sem ocasionar quaisquer ônus para o Contratante;

V – Realizar a manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;

VI – Todas as despesas de manutenção (preventiva e corretiva), seguros, impostos, taxas, registros, licenciamentos e multa de trânsito dos veículos ocorrerão por conta da Contratada.

VII – Substituir os veículos que atingirem as idades máximas (em anos) permitidas pela legislação em vigor.

VIII – Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, condições de segurança, higiene ou limpeza. O Contratante poderá inspecionar regularmente os veículos e, caso constate alguma irregularidade, notificar a Contratada.

IX – A Contratada, assim que tomar conhecimento da indisponibilidade do veículo, por mais de 2h, seja pela necessidade de manutenção corretiva ou preventiva, avarias, roubos, furtos, incêndios, falhas mecânicas ou outros motivos, deverá substituir o veículo por outro nas mesmas características e condições contratadas, no prazo máximo de 24h, devendo arcar com todos os custos da substituição;

X – A Contratada deverá, a cada seis meses, disponibilizar os veículos para vistoria pelo Contratante, objetivando verificar as condições de trafegabilidade dos mesmos, verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, documentação e exigências com relação ao condutor;

XI – Deverá ser realizada a adesivagem do veículo com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira do mesmo, contendo a palavra **ESCOLAR** na cor preta;

XII – Cumprir rigorosamente os horários de chegada e partida estabelecido pelo Contratante.

XIII – Observar os locais de embarque e desembarque estabelecidos pelo Contratante de acordo com o itinerário estipulado.

XIV – Comunicar imediatamente ao Contratante sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários.



XV – Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

XVI – O percurso deverá ser realizado obrigatoriamente com todos os passageiros sentados.

XVII – Não promover a superlotação de veículos, devendo observar que todos os usuários estejam devidamente sentados.

XVIII – Responsabilizar-se pela guarda e segurança dos veículos, sem quaisquer ônus para o Contratante. É de exclusiva competência e responsabilidade da Contratada quaisquer tipos de serviços em relação a estacionamento, vigilância e guarda dos veículos, não assumindo o Contratante a responsabilidade de indenizações por danos, furtos, roubos, incêndios, atropelamentos, colisões etc., que venham a ocorrer nos veículos, cuja responsabilidade será exclusivamente de seu condutor e/ou proprietário durante a execução do Contrato.

XIX – Disponibilizar motorista devidamente habilitado pelo órgão de classe (DETRAN), com categoria compatível com o tipo de veículo;

XX – Responsabilizar-se pelo desempenho e pelo comportamento do(s) condutor(es)/motorista(s) do(s) veículo locado(s) e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com os estudantes e servidores do Contratante;

XXI – Não permitir que qualquer condutor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

XXII – Substituir de imediato, sempre que solicitado pela Secretaria de Educação, o motorista que não esteja se comportando adequadamente;

XXIII – Determinar aos motoristas o uso de trajes adequados, obedecendo às condições mínimas de boa aparência e higiene pessoal que o trabalho exige;

XXIV – Garantir que os condutores estejam munidos dos respectivos documentos de habilitação, crachá com nome legível, bem como do veículo, durante a execução dos serviços prestados;

XXV – O motorista deverá zelar para que os alunos permaneçam sentados e usem corretamente o cinto de segurança.

XXVI – O motorista deverá zelar para que os alunos subam e desçam do veículo nos locais indicados no contrato.

XXVII – O motorista deverá manter a porta do veículo fechada, durante o percurso.

XXVIII – O motorista deverá zelar para que o número de alunos não exceda a capacidade de assentos do veículo.

XXIX – Não transportar passageiros em pé, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.



XXX – O motorista deverá comunicar à Unidade Escolar, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

XXXI – A documentação relativa ao veículo e ao motorista deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.

XXXII – Fornecer ao Contratante, toda e qualquer informação que lhe seja solicitado sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da execução dos serviços;

XXXIII – Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

XXXIV – Acatar e cumprir fielmente todas as condições estipuladas no Contrato, de forma que os serviços estabelecidos sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição, sob sua inteira responsabilidade;

XXXV – Responder pelas despesas relativas aos encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados;

XXXVI – Quaisquer ônus decorrentes de despesas ou indenizações por acidente de trabalho serão exclusiva responsabilidade da Contratada, assim como, no caso de ajuizamento das reclamações trabalhistas.

XXXVII – Responsabilizar-se por acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade etc. dos condutores, na sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do Contratante;

XXXVIII – Responsabilizar-se por tudo e qualquer dano e/ou prejuízo que, eventualmente, venha a sofrer o Contratante ou terceiros, em decorrência dos serviços, objeto deste Termo de Referência, respondendo integralmente por perdas e danos, sem prejuízo de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

XXXIX – Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da Contratada, do Contratante ou terceiros, verificados em decorrência dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

XL – Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar ao Contratante ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência dos serviços, não sendo o Contratante, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.

XLI – Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independente de solicitação.

XLII – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação.



XLIII – No término de cada mês trabalhado, apresentar a Secretaria de Educação relatório contendo as quilometragens dos serviços executados, acompanhado da nota fiscal referente aos serviços durante o mês de referência, para fins de atestação e liquidação pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do Contratante:

- I – Acompanhar e monitorar o cronograma de trabalho dos motoristas;
- II – Efetuar os pagamentos mensalmente, mediante apresentação de planilha constando os dias letivos por quantidade de quilômetros rodados pelo Contratado;
- III – Fornecer ao Contratado todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do Contrato;
- IV – Aplicar ao Contratado às penalidades depois de constatadas as irregularidades, garantindo o contraditório e ampla defesa;
- V – O Contratante poderá solicitar à Contratada o conserto ou a substituição do(s) veículo(s) locado(s), caso não apresente(m) condições de tráfego, durante o período do Contrato.
- VI – O Contratante poderá solicitar o afastamento e/ou a substituição do(s) condutor(es)/motorista(s) que apresente(m) desempenho ou comportamento insatisfatório;
- VII – Designar, por meio de Portaria, o servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato;
- VIII – Cadastrar e manter controle dos agentes envolvidos (condutores e escolares) mediante criação de banco de dados que permita o acesso imediato a qualquer informação de interesse institucional, necessária à boa prestação e utilização dos serviços;
- IX - Realizar campanhas educativas periódicas relativas ao uso do veículo e legislação do trânsito, junto aos condutores, aos estudantes e professores, de forma a garantir a boa convivência e a segurança dos envolvidos;
- X - Editar e distribuir cartilha educativa sobre segurança no trânsito, responsabilidades, direitos e deveres dos estudantes e dos condutores, no Programa de Transporte Escolar;
- XI - Implementar sistemática de acesso e utilização do transporte escolar mediante a emissão de carteiras de identificação dos estudantes, cujo controle será feito pelo condutor do veículo em articulação com as escolas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Durante a vigência deste Contrato, a execução dos serviços será fiscalizada por servidor designado através de Portaria, a quem cabe a verificação acerca do cumprimento das condições estipuladas neste acordo, devendo registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a



execução do mesmo, estabelecendo prazo para a regularização das falhas ou defeitos observados. Já a gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do Secretário de Educação, o Sr. Joselito Pedro da Silva.

§ 1º - Não obstante a empresa contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

§ 2º - Caberá ao fiscal do Contrato:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do serviço;
- b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do Contrato;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a execução contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o serviço irregular, não aceitando veículo diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência e neste Contrato;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- j) Deverá seguir o disposto na Resolução T.C. nº 6, de 13/03/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

§ 3º - Caberá ao gestor do Contrato:

- a) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à /Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do serviço;



- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do Contrato;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do Contrato;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Os veículos que compõe a frota para a execução dos serviços de transporte escolar poderão ser sublocados em no máximo 70% da quantidade total ofertada pela Contratada, desde que haja consentimento do Contratante, e o contato de locação deverá ser apresentado dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do início dos serviços, ressalvando que a prestação dos serviços e as respectivas obrigações são de total e exclusiva responsabilidade da Contratada.

Parágrafo Único – A Contratada é a única responsável pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive quanto aos veículos locados e à contratação de funcionários envolvidos na execução dos serviços, assumindo total responsabilidade pela frota dos veículos, suas condições, pagamento do salários e encargos dos motoristas e demais mão de obra envolvida na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Para assinatura do presente instrumento contratual, a **Contratada** deverá prestar garantia da execução do Contrato em importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, em qualquer das modalidades indicadas no art. 56 § 1º da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

§ 1º - A fiança será prestada por entidade financeira, devendo constar, entre outras condições do instrumento, a expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

§ 2º - O seguro-garantia consistirá na emissão de apólice, por entidade seguradora em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, em favor do Contratante, cobrindo o risco de inadimplência do Contrato.

§ 3º - A caução em dinheiro será depositada na Tesouraria da Secretaria de Receita Municipal da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe, que tomará as devidas providências, caso a caução depositada através de cheque bancário, o mesmo deverá ser administrativo à Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe, devendo esta providenciar o depósito bancário de imediato, e quando da restituição de seu valor, a contratada arcará com os encargos tributários incidentes. A tesouraria da Secretaria da Receita Municipal da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe encontra-se situada à Avenida Padre Zuzinha nº 244/248 – Centro.



§ 4º - A garantia do Contrato, verificado o cumprimento das obrigações contratuais, serão devolvidas mediante requerimento da Contratada ao Contratante, após a lavratura do termo de recebimento definitivo dos serviços, desde que os mesmos não tenham apresentado quaisquer defeitos, sem prejuízo da responsabilidade técnica prevista no art. 1.245 do Código Civil Brasileiro.

§ 5º - A caução em dinheiro, referida neste item será devolvida à Contratada atualizada monetariamente, na forma do § 4º art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA ADICIONAL

Será exigida garantia adicional, em qualquer das modalidades previstas no art. 56 § 1º da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, no caso de proposta classificada nos termos do § 2º do art. 48 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, no local de costume, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo à conta do Município de Santa Cruz do Capibaribe a respectiva despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nos termos do §3º do art. 55 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei 4.320/64.

Sob o pálio do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe - PE, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.

Santa Cruz do Capibaribe(PE), ____ de _____ de 2019.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

Edson de Souza Vieira - Prefeito
Contratante

Secretaria de Educação
_____- Secretário



Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF/MF:

CPF/MF: